

# Planejamento Urbano e Regional

Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)

**Bianca Camargo Martins**

(Organizadora)

# Planejamento Urbano e Regional

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P712	Planejamento urbano e regional [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-383-5 DOI 10.22533/at.ed.835190506  1. Planejamento urbano – Brasil. 2. Sociologia urbana. 3. Urbanização – Brasil. I. Martins, Bianca Camargo.  CDD 307.760981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A urbanização brasileira se deu de maneira rápida e desordenada. Em poucas décadas, o Brasil passou de um país predominante agrário para um país urbanizado. O descompasso entre o planejamento urbano e os altos índices do êxodo rural trouxe consequências graves para as cidades e para a qualidade de vida de seus habitantes que reverberam até os dias de hoje. Assim, a urbanização gerou uma ampla gama de demandas e processos de exclusão que se cristalizam nos desequilíbrios locais, regionais, urbano-rurais e urbanos.

Segundo dados do último Censo, a população urbana brasileira é de 160.925.792 habitantes, cerca de 85% da população total. Porém, grande parte da população ainda carece de acesso à moradia, ao saneamento, e à vida urbana de qualidade.

Na perspectiva do direito à cidade, torna-se fundamental articular as lutas em torno das necessidades de reprodução social e de um novo projeto de cidade. O direito à cidade é, então, uma promessa duradora de longínquo cumprimento, que reflete o desejo da sociedade contemporânea por um futuro onde as próximas gerações possam usufruir de condições urbanas melhores do que as atuais.

O foco da presente edição do livro “Planejamento Urbano e Regional” mostra a importância e a amplitude da discussão sobre o direito à cidade no contexto nacional. Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, que socializam o acesso a estas importantes pesquisas e reflexões. Afinal, discutir a cidade é discutir cultura, economia, política, arte, meio ambiente e diversos outros temas fundamentais.

Acredito que os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico. Em tempos em que o futuro das políticas urbanas é obscurecido pela crise política atual, é imprescindível fomentar e valorizar a produção científica e o pensamento crítico sobre a vida nas cidades. Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O ESTADO: RESGATE TEÓRICO E REFLEXÕES	
Raquel Dantas do Amaral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8351905061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
A EXPERIÊNCIA RECENTE DO URBANISMO E SUAS PERSPECTIVAS	
Fernando Antônio Santos de Souza	
Carolina Costa Déda Oliveira	
Pedro Antônio Almeida Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8351905062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
CIDADES INTELIGENTES: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) INSTRUMENTANDO O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Roberto Righi	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8351905063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>41</b>
A TRANSFORMAÇÃO DE BAKU: MAPEAMENTO DE SETORES E ARCOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Danilo Firbida de Paula	
Maria Isabel Imbronito	
Adilson Costa Macedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8351905064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>56</b>
PLANEJAMENTO URBANO E O DESAFIO DA GESTÃO AMBIENTAL	
Rachel Figueiredo Viana Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8351905065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>70</b>
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AO USO E OCUPAÇÃO DESORDENADA DO SOLO URBANO DE UM BAIRRO DE PERIFERIA NA CIDADE DE BACABAL – MARANHÃO	
Roraima Silva Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8351905066</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>84</b>
CONFLITOS ENTRE OS INTERESSES PÚBLICO E PRIVADO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR EM BELO HORIZONTE	
Reginaldo Magalhães de Almeida	
Juliana Lamego Balbino Nizza	
Lucas Isaac Fernandes	
Laís Moreira de Castro	
Julia Malard Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8351905067</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>99</b>
O ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIAL E RACIAL EM MACAPÁ – AP	
Jacks de Mello Andrade Junior	
Eugénia da Luz Silva Foster	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8351905068</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>112</b>
CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DA AÇÃO ORGANIZADA PARA O PLANEJAMENTO URBANO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DE ATORES METROPOLITANOS	
Natalia Aguiar Mol	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8351905069</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>130</b>
O ACESSO A SERVIÇOS E O DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE ESPACIAL PARA OS MUNICÍPIOS MINEIROS NOS ANOS 2000 E 2010	
Geórgia Fernandes Barros	
Bethânia Maria Gonçalves Klier	
Marcelo Cambraia de Alvarenga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83519050610</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>143</b>
ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DE ARRANJO URBANO-REGIONAL NA DIVISA DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO	
Maria Fabiana Lansac	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83519050611</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>165</b>
TRANSPORTE E POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO NORDESTE DE MATO GROSSO	
João Augusto Dunck Dalosto	
Cássius Dunck Dalosto	
Antônio Pasqualetto	
Alex Sandro Pilatti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83519050612</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>176</b>
MODERNIDADE E COMUNICAÇÕES: MEIOS DE TRANSPORTE E O TERRITÓRIO URBANO	
Taís Schiavon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83519050613</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>199</b>
UM ENSAIO SOBRE AS VELHAS DINÂMICAS ESPACIAIS NOS NOVOS ESPAÇOS DO TRANSCARIOCA EM MADUREIRA	
Josielle Cíntia de Souza Rocha	
Maria de Lourdes Pinto Machado Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83519050614</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>211</b>
MAPA DOS SONS DO BAIXO SÃO FRANCISCO	
Walcler de Lima Mendes Junior	

**DOI 10.22533/at.ed.83519050615**

**CAPÍTULO 16 ..... 221**

ANÁLISE DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE LÂMPADA FLUORESCENTE NA CIDADE DE SÃO PAULO

Samara Nicolau Puopolo

Cláudia Echevengua Teixeira

Ana Candida Melo Cavani Monteiro

**DOI 10.22533/at.ed.83519050616**

**CAPÍTULO 17 ..... 234**

ESCALAS E CONFLITOS: ENTRELACE ENTRE EDUCAÇÃO E ARQUITETURA NO ENSINO DE PROJETO

Flora Fernandez

Alain Flandes

**DOI 10.22533/at.ed.83519050617**

**CAPÍTULO 18 ..... 243**

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL: PANORAMA GERAL DA ARQUITETURA E DO DESIGN NO NORDESTE BRASILEIRO

Andrea Carolino do Monte

Izabel Farias Batista Leite

Heitor de Andrade Silva

**DOI 10.22533/at.ed.83519050618**

**CAPÍTULO 19 ..... 257**

ANÁLISE DE PRÉ-REQUISITOS DA ETIQUETA PBE-EDIFICA DO BLOCO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Francisco Caio Bezerra de Queiroz

Wiriany Kátia Ferreira Silva

Clara Ovídio de Medeiros Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.83519050619**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 267**



## O ESTADO: RESGATE TEÓRICO E REFLEXÕES

### **Raquel Dantas do Amaral**

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo na área de Planejamento Urbano; Arquiteta e Urbanista do Departamento de Projetos e Obras da Universidade Federal do Ceará

**RESUMO:** Por meio de pesquisa teórica em torno de autores clássicos, buscou-se com esse trabalho compreender o conceito de Estado e sua práxis na sociedade capitalista, que se camuflam por detrás de um fetichismo observado até mesmo nas narrativas clássicas e contemporâneas. O capítulo traz em primeiro momento contribuições teóricas sobre o conceito de Estado presente na bibliografia de Karl Marx, Friedrich Engels, Pierre Bourdieu, Jean Lojkine e Antonio Gramsci, buscando com esse resgate a definição de um conceito único. Dessa forma, no segundo momento do trabalho, é possibilitada a compreensão dos instrumentos por meio dos quais o Estado desenvolve seu protagonismo no sistema capitalista. A terceira, e última parte, aborda uma das funções precípuas do aparelho estatal que é o Planejamento Urbano, refletindo como o Estado tem se adequado às demandas do regime neoliberal.

**PALAVRAS CHAVE:** Estado Capitalista,

condições gerais de produção, meios de consumo coletivo, neoliberalismo.

**ABSTRACT:** By theoretical research on classical authors, this work was sought to understand the real concept of State and its praxis in capitalist society, which camouflages behind a fetishism observed both in classic and in contemporary narratives. The paper brings in a first moment comprehensive theoretical contributions on the concept of State contained in the bibliography of Karl Marx, Friedrich Engels, Pierre Bourdieu, Jean Lojkine, Antonio Gramsci. The second moment is dedicated to understand the instruments through which the state develops its protagonism in the capitalist system. The third, and last part, focuses on one of the essential functions of the State apparatus that is Urban Planning, reflecting how the state has adapted to the demands or has promoted the neoliberal regime.

**KEYWORDS:** Capitalist State, general conditions of production, means of collective consumption, neoliberalism.

### 1 | INTRODUÇÃO

Por meio de pesquisa teórica em torno de autores clássicos, buscou-se com esse trabalho compreender o *conceito de Estado* e

sua práxis na sociedade capitalista, que se camuflam por detrás de um fetichismo observado até mesmo nas narrativas clássicas e contemporâneas. O capítulo traz em primeiro momento contribuições teóricas sobre o conceito de Estado presente na bibliografia de Karl Marx, Friedrich Engels, Pierre Bourdieu, Jean Lojkine e Antonio Gramsci, buscando com esse resgate a definição de um conceito único. Dessa forma, no segundo momento do trabalho, é possibilitada a compreensão dos instrumentos por meio dos quais o Estado desenvolve seu protagonismo no sistema capitalista. A terceira, e última parte, aborda uma das funções precípua do aparelho estatal que é o *Planejamento Territorial*, refletindo como o Estado tem se adequando às demandas do regime neoliberal.

## 2 | O ESTADO EM MARX, ENGELS, BOURDIEU, LOJKINE E GRAMSCI

Dentro das diversas abordagens dos pensadores a respeito do que é a instituição Estado, começa-se com o consenso de que o Estado surgiu com a evolução da humanidade. Na medida em que a divisão do trabalho, e com ela, a divisão da sociedade foi se sofisticando, surgiu a necessidade de uma entidade para a regulação da vida de uma forma “civilizada”. Assim explica Engels (1984, p.195): “Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade.” Dessa forma, a história é, em primeiro lugar, a história da sociedade, e não a história do Estado.

Engels (1984) chama o período de não existência do Estado de *barbárie* e o período regulado pela presença do Estado de *civilização*. Ou seja, “A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada.” (ENGELS, 1984, p.199).

Bourdieu (2014) corrobora esse ponto específico de que a sociedade, por necessidade, criou o Estado e o define claramente como:

[...] conjunto de agentes sociais, unificados, submetidos a uma mesma soberania, é o produto dos agentes mandatados para exercerem a soberania e não o inverso. [Ele surgiu a partir da] a constituição de instâncias burocráticas autônomas em relação à família, à religião, à economia, que é a condição do surgimento do que se chama Estado-nação, a partir do processo pelo qual essa constituição progressiva se operou. (BOURDIEU, 2014, p.73).

Marx e Engels (2001), em *Ideologia Alemã* de 1932, iluminam a relação do Estado com a evolução da propriedade privada e o localizam externamente à sociedade. É a primeira vez na literatura que o Estado é conceituado não como o representante do interesse geral e comum da sociedade, e sim como representante da classe dominante.

Com a emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela; mas este Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses, tanto externa quanto internamente. (MARX; ENGELS, 2001, p.74).

Lefebvre (1999) compreende a práxis estatal exatamente como Marx e Engels, liderada pela classe dominante - a burguesia: “As necessidades sociais são tratadas pelo Estado capitalista somente em função das necessidades da burguesia. É a total negligência em relação às necessidades sociais que torna possível uma acumulação que se tornaria ela própria objetivo e fim.” (LEFEVBRE, 1999, p.158).

Conquanto, o dissenso começa quando se aprofunda a compreensão sobre o modo de como o Estado foi se fortalecendo e sendo aceito pela sociedade. Engels, em “A Origem da Família, da Propriedade e do Estado”, levanta que dois aspectos foram essenciais para a consolidação do Estado: os limites territoriais e a força pública concreta, isto é, o *poder de polícia*.

[...] o Estado caracteriza-se, em primeiro lugar, pelo agrupamento dos seus súditos de acordo com uma divisão territorial. [...] o segundo traço característico é a instituição de uma força pública, que já não mais se identifica com o povo em armas. A necessidade dessa força pública especial deriva da divisão da sociedade em classes, que impossibilita qualquer organização armada espontânea da população. (ENGELS, 1984, p.192).

Bourdieu, em “Sobre o Estado”, também considera que a entidade surgiu a partir da organização da sociedade e que ela foi criada progressivamente por certos agentes sociais (juristas, legisladores), no entanto, segundo ele, não é a força física, o poder de polícia, que faz com que o Estado consiga impor sobre a sociedade a sua verdade. Bourdieu defende que é “[...] um conjunto de recursos específicos que autorizam seus detentores a dizer o que é certo para o mundo social em conjunto, a enunciar o oficial e a pronunciar palavras que são na verdade, ordens, porque tem atrás de si a força do oficial.” (BOURDIEU, 2014, p.66).

Da passagem seguinte de A Origem da Família, da Propriedade e do Estado de Friedrich Engels, com primeira publicação em 1884, é de onde se extrai subsídios para a identificação de aspectos mais conflituosos entre os autores pós Marx e Engels sobre a caracterização do Estado. Essa citação evidencia uma conceituação ambígua sobre tal conceito, pois, ao mesmo tempo em que esses dois pensadores negam que o Estado é um poder imposto sobre sociedade, ou seja, negam que o Estado é uma imagem da moralidade, acreditam que ele é capaz de se descolar da sociedade e de se colar acima dela, alienando-se. Assim:

O Estado **não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro**; tampouco é “a realidade da idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto

da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. **Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.** (ENGELS, 1984, p.191, grifos nosso).

Na perspectiva de Marx de análise da reprodução social em torno do materialismo econômico, o Estado tem sua gênese na contradição entre o interesse individual e o da comunidade. O Estado, aparentemente independente da sociedade, funciona como um agente que acalma os ânimos para que as classes não se destruam, devido às contradições entre os interesses individuais e coletivos. Ele é o suporte da dominação de classes, visto que regula a relação capital-trabalho. Em todas as formas de governo, Marx e Engels consideram que o Estado não se investe do caráter público e universal a que ele se dispõe a ser, ao oposto, ele serve às classes economicamente dominantes. (MARX; ENGELS, 2001; ENGELS, 1984)

Jean Lojkine (1981) contrapõe a ideia de Marx e não valida que o Estado seja um simples fantoche da classe econômica dominante. Ele não acredita

que os representantes dos grandes interesses econômicos ‘tiranizem’ os dirigentes políticos e lhes imponham decisões. Os que gerem as grandes concentrações industriais exercem, normal e legitimamente, uma influência sobre a política do país. Descrivê-los como déspotas que manipulam títeres políticos é cair na mitologia. Os representantes das grades interesses econômicos não merecem nem tanta honra nem tanta infâmia. (LOJKINE, 1981, p.114).

É nessa lacuna que entra a crítica de Pierre Bourdieu (2014) na medida em que a visão de Marx e Engles limita a função do Estado apenas a de mediador das classes. O sociólogo francês acredita que o Estado é muito mais que isso, a partir do momento em que o pesquisador assume que a vida não é regida apenas por relações econômicas, como também pelas simbólicas. O Estado possui um poder simbólico, cuja força de coação é baseada em estratégias particulares como a universalização em sua retórica. Para Bourdieu, a compreensão do que é o poder simbólico é central para evidenciar o Estado como uma entidade de acumulação de poder simbólico e legítimo.

Bourdieu apoia-se nas ideias de Gramsci, que, embora fossem embasadas por conceitos marxistas, são claramente expostas com algumas ressalvas ao “Nosso Marx” (referência a um dos textos de Gramsci pré-carcerário escrito em 1918). A teoria gramsciana avança sobre as teorias de Marx como resultado da análise da evolução histórica natural das relações sociais. Embora Marx às vezes tenha sido tratado como visionário, sobretudo ao “prever” o caráter monopolista mundial do capitalismo, algumas questões importantes não foram abordadas por ele, por simplesmente não

terem sido experimentadas em sua época.

Gramsci também considera o Estado uma instância separada das relações de produção, as quais foram chamadas respectivamente de *sociedade política* e *sociedade econômica*, ampara por uma rede de organizações que liga ambos. O conjunto dessas organizações Gramsci chama de *sociedade civil*, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade. Essa sociedade civil (que tem conceito diferente da de Marx – ver MARX; ENGELS, 1981, p.33-34) faz parte do Estado e figura como uma arena decisiva de luta de classes. Gramsci *apud* Coutinho org. (2011, p.285) diz “O Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado ‘queira’ fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da estrutura econômica”. Para ele, fica evidente que Estado é o equilíbrio entre essas duas sociedades e é concebido como educador no momento em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização.

Segundo Gramsci, a opinião pública é o ponto de contato entre essas duas sociedades. Se os grupos dominantes quiserem manter sua *hegemonia*, precisam trabalhar na esfera do estabelecimento de consensos. Pois a hegemonia constrói-se não somente no plano econômico, como também no ético-político. Se a classe dominante deixa escapar o consenso, ou seja, se ela “não é mais dirigente, mas unicamente dominante, detentora da pura força coercitiva”, isso significa exatamente que a massa de (ex) dominados se descolaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, questionando e desvendando essa manipulação. (GRAMSCI *apud* COUTINHO org., 2011, p.291).

Ao distinguir diferentes tipos de sociedade, Gramsci identifica por Estado não somente o aparelho de governo, mas também o aparelho privado de hegemonia, ou sociedade civil, “isto é, hegemonia couraçada de coerção”. Ele também distingue o Estado de o Direito, dando um caráter mais amplo a este último, afirmando que “[...] foi com o nascimento e desenvolvimento das desigualdades que o caráter obrigatório do direito veio a aumentar, da mesma forma que veio a aumentar a zona de intervenção estatal e da obrigatoriedade jurídica.” (GRAMSCI *apud* COUTINHO org., 2011, p.281).

Pierre Bourdieu traz uma perspectiva fundamental e impar sobre o conceito de Estado em sua obra dedicada somente ao tema, “Sobre o Estado”, na qual ele assume sua dificuldade em utilizar o termo Estado, por se entender inseguro diante da complexidade em dar um significado a essa categoria. Apenas na década de 1980, ele passou a utilizar esse termo, fazendo uma fundamental analogia entre o Estado e a Religião, uma vez que considera a crença no Estado, ou seja, a fé numa coisa abstrata, é o que torna possível a legitimação dos seus atos, perante um conformismo lógico e moral dos cidadãos. (BOURDIEU, 2014).

A fetichização do Estado alimenta sua divinização. A analogia entre o Estado e a Religião é pertinente. Para Bourdieu, o Estado é uma crença teológica. “O Estado é uma ilusão bem fundamentada, esse lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe. Essa realidade ilusória, mas coletivamente validade pelo

consenso, é o lugar para o qual somos remetidos quando regredimos a partir de certo número de fenômenos”. (BOURDIEU, 2014, p.38)

Há semelhanças entre o pensamento de Lojkine e Bourdieu quanto ao caráter mágico (fetichizado) da legitimidade das ações estatais, como mostra a seguinte passagem: “O motivo que faz do Estado da classe dominante o suporte mítico do ‘interesse geral’ de toda a sociedade é o mesmo que transforma uma mercadoria particular, o dinheiro, em equivalente geral, propriedade exclusiva de uma mercadoria particular [...]” (LOJKINE, 1981, p.86,).

Bourdieu e Lojkine corroboram, criticando a lógica hegemônica aplicada à compreensão do Estado que busca entender a instituição por meio apenas de suas funções, sem abordar sua estrutura. Ele advoga que buscar compreender o Estado dessa forma incorre numa fetichização que é capaz de inverter o processo real sobre sua gênese, e alerta:

A excessiva abstração das relações econômicas e sociais é encarada por Lojkine como problemática, pois, ao enquadrá-las em categorias utopicamente homogêneas como Estado e Capital, perde-se as nuances e as motivações das relações, resultando numa análise equivocada.

### **3 | O ESTADO, UMA CLASSE HETEROGÊNEA**

A cada estágio de desenvolvimento produtivo corresponde uma ideologia reproduzida pelo Estado por meio de suas políticas. A análise discursiva dessas ideias é produzida abstratamente, mas é o conjunto de práticas estatais que garante a manutenção do sistema capitalista. O Estado sempre teve um papel fundamental no desenvolvimento capitalista, assumindo transfigurações para se adequar às mudanças criativas que o avanço do capitalismo adotou e adota para sobreviver às suas contradições.

Assume-se que a práxis estatal é possível tanto pelo seu poder coercitivo legalista, necessário em sua gênese via seu poder de polícia, como pelo seu poder coercitivo simbólico, fundamentalmente necessário para fazer valer sua verdade única sobre a sociedade cada vez mais complexa. Esse caráter “teológico” deve ser constantemente reforçado por meio de estratégias de disseminação de ideologia, pois somente a coerção legalista não seria resistente o suficiente aos questionamentos advindos de uma sociedade cada vez mais consciente, investida em seu caráter filosófico e político. Dessa forma, os dois poderes coexistem simultaneamente e se apoiam, a fim de não permitir brechas para a fragilização do Estado. Desse modo, assume-se nesse trabalho que a conceituação de Estado compreende a combinação das teorias dos autores citados anteriormente.

Na passagem para o século XX, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, alguns pesquisadores (Hilferding, Rosa Luxemburgo, Bukharin) já trabalhavam o conceito de Imperialismo, como um estágio avançado do capitalismo, onde a livre concorrência

estava se transformando em monopólios mundiais de grandes empresas, começando pelos bancos. Mas foi Lenin, em “O Imperialismo, estágio superior do capitalismo” de 1917, que fez uma fundamental articulação econômica e política desse novo período, o denominando de *Capitalismo Monopolista de Estado*. Ele levanta a essencialidade do papel do Estado na consolidação dos monopólios e do imperialismo e também revela como a oligarquia financeira vai se tornando cada vez mais poderosa, controlando também a política, assumindo a forma expansionista nas nações imperialistas. (LENIN, 2012, p.14).

Lojkin apropria-se do conceito leninista de Capitalismo Monopolista de Estado e define o sistema como um “‘mecanismo único’ de exploração capitalista ligando monopólios ao aparelho de Estado, sem com isso ‘fundi-los’”. Conquanto Lojkin alerta para o equívoco de, ao falar em mecanismo único, localizar o Estado em uma posição de elemento de infraestrutura econômica dos grupos monopolistas capitalista. Isso “é a dificuldade principal que ameaça nossa análise ‘interna’ do Estado, ‘originário’ da estrutura socioeconômica, apesar de ser fundamentalmente distinto dela” (LOJKINE, 1981, p.113).

Dessa forma, ao procurar romper com as representações ilusórias da política estatal por meio de outra abordagem, diferente da marxista, porém não oposta a ela, Lojkin adota uma perspectiva que considera *de dentro*:

onde o Estado aparece não mais como um organismo exterior às relações de produção, mas, bem ao contrário, como um dos momentos, uma das manifestações da contradição fundamental entre a socialização do processo de trabalho e a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho. (LOJKINE, 1981, p.85).

Lojkin parte do pressuposto que a homogeneização, personificação, fetichização de conceitos como *Estado e Capital* obscurece a compreensão das relações sociais. Ele levanta a existência de muitas contradições dentro do aparelho estatal. Uma das contradições é evidenciada na relação entre os Estados locais e os Estados centrais, por aqueles serem suportes privilegiados de financiamento público de reprodução coletiva da força de trabalho, enquanto a administração central coloca-se mais distante da execução, não lidando cotidianamente com questões próprias dos governos locais. Outra contradição é verificada a partir da percepção de que o interior da própria instituição pode ser um campo de luta de classes, no momento em que pequenas elites (privilegiados) das grandes administrações públicas também são parte integrante de fração do capital dominante. (LOJKINE, 1981, p.337). Isso não significa, no entanto, que o Estado seja um conjunto de fragmentos, expressos pela partilha do poder político entre diversas classes e frações. “Pelo contrário, o Estado capitalista exprime, sempre, além das contradições no interior do aparelho uma unidade interna própria, que é uma unidade do poder de classe: o da classe da fração hegemônica [...]” (LOJKINE, 1981, p.118).

Da mesma forma que o Estado não é homogêneo, a classe capitalista também não o é, podendo haver conflitos de interesses entre os pertencentes de uma mesma classe. Porém, não necessariamente, os capitalistas não-monopolistas (aqueles que não fazem parte das grandes empresas dominantes) são explorados pelos capitalistas monopolistas. Diante disso, Lojkin discorda que exista um aparelho estatal homogêneo subordinado completamente ao capitalismo monopolista, rejeitando o termo *Estado tutelar*. Ele reserva esse conceito para o estágio do capitalismo da livre concorrência, pré-monopolista. Contudo, apesar de destacar o risco de análise em homogeneizar as grandes classes, Lojkin assume uma ideia geral de Estado dizendo que “esses órgãos estatais são verdadeiros palcos políticos que refletem de modo mais ou menos as reivindicações das classes dominadas” (LOJKINE, 1981, p.334).

O pensamento de Harvey (2006) também se assemelha ao de Lojkin e ao de Bourdieu ao assumir que o “Estado não é uma categoria apropriada para descrever os processos reais pelos quais se exerce o poder. Invocar a categoria ‘o Estado’ como ‘força em movimento’ durante as análises históricas concretas é, em resumo, envolver-se numa mistificação.” (HARVEY, 2006, p.89). Todavia, Harvey acredita que tratar o Estado como uma categoria abstrata pode ser apropriado para falar em termos gerais sobre a coletividade dos processos pelos quais se exerce o poder.

Muitas variáveis socioeconômicas podem interferir nas combinações possíveis entre estruturas econômicas e poder político. Lojkin acredita que “A estrutura do Estado capitalista não pode deixar de refletir, em última instância, a evolução fundamental da estrutura de classes, e principalmente a modificação da relação de forças entre frações do capital, com entre capital dominante e classe operária”. Essa citação de Lojkin vai ao encontro de todas as teorias dos autores abordados nesse trabalho sobre a gênese do Estado a partir da organização da sociedade, inferindo-se, portanto, que o Estado modifica-se conforme as alterações das estruturas sociais. (LOJKINE, 1981, p.113).

Ao tomar como determinante para a história da humanidade o caráter dinâmico das relações econômicas e sociais, assume-se que as relações políticas também o são. Diante disso, as estratégias de permanência do poder simbólico do Estado devem estar bem equalizadas com o intuito de manutenção do controle. Como diz Harvey, a superestrutura deve ter uma relação dialética com a estrutura: “a base econômica e a superestrutura se associam, existindo simultaneamente e não sequencialmente – há uma interação dialética entre ambas.” (HARVEY, 2006, p.90).

Embora David Harvey, marxista declarado, aponte que ocasionalmente o próprio Marx se contradiz quanto ao papel ativo ou passivo do Estado em relação aos processos econômicos, ele acredita que

O Estado burguês não nasce do reflexo automático do crescimento das relações sociais capitalistas. As instituições estatais têm de ser arduamente construídas e, em cada etapa do percurso, o poder pode ser (e era) exercido através dessas instituições, ajudando a criar as relações reais que, no fim, as instituições estatais refletem. (HARVEY, 2006, p.89).



Para ele, o Estado precisa prover alguns benefícios em prol dos dominados para conquistar seu apoio, pois a burguesia só sobrevive com consentimento da maioria dos governados. Na passagem seguinte, Harvey demonstra a importância da manipulação das ideias e informações por parte do Estado para que este consiga, quase ao mesmo tempo, agradar a gregos e troianos

[...] Essa contradição se resolve apenas se o Estado se envolve ativamente na obtenção do consentimento das classes subordinadas. A ideologia proporciona um canal importante, e o poder estatal é, conseqüentemente, utilizado para influenciar a educação e para controlar, direta e indiretamente, o fluxo de ideias e informações. [...] assim, a função chave inclui organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores [...], que talvez, para ser exato, não sejam do interesse econômico imediato da classe capitalista. Em troca, o Estado recebe a obediência genérica das classes subordinadas. (HARVEY, 2005, p.84).

O aparelho estatal precisa parecer independente, imparcial, acima de qualquer luta de classes e da sociedade, como um imaculado. Para criar essa imagem do Estado, põe-se em prática uma ideologia que ilusoriamente faz parecer que o interesse da classe dominante é o interesse geral, mas é a classe dirigente que regula a produção de ideias, assim como esclarecem Marx e Engels (2001).

Com efeito, cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada, mesmo que seja apenas para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das idéias: essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos. Pelo simples fato de defrontar com uma classe, a classe revolucionária, se apresenta, de início, não como classe, mas sim como representando a sociedade em geral [...] (MARX; ENGELS, 2001, p.50).

Embora Lojkin não defenda que o Estado esteja cegamente submetido à classe dominante, ele admite que a instituição trabalha preferencialmente para ela. Para dissimular essa subordinação, mantendo a ilusão de sua independência acima das classes sociais, ocorre uma fragmentação e descentralização do aparelho estatal, transformando-se em vários poderes regionais, multiplicando as instituições intermediárias.

Diante do que já foi exposto, revela-se a complexidade em definir a categoria Estado. As perguntas feitas por David Harvey (2006) em *A Produção Capitalista do Espaço* citadas abaixo demonstram a dificuldade em precisar os limites da instituição Estado e em atestar a neutralidade das suas ideias por ser constituído por pessoas de epistemologias heterogêneas, possivelmente incorrendo em discordância. Há dificuldade também em estabelecer que função a instituição *deve* adotar dentro do modo de produção e como ela se materializa na realidade.

Até que ponto os diversos aspectos e instrumentos de poder estatal dão uma função relativamente autônoma ao Estado com respeito ao curso do desenvolvimento capitalista, até que ponto os funcionários do Estado podem agir como entes totalmente neutros, ou mesmo árbitros autossuficientes, nos conflitos de classe e interclasse? (HARVEY, 2006, p.92).

#### 4 | O ESTADO E A QUESTÃO URBANA

Compreender o fenômeno urbano carece de um tratamento interdisciplinar. Cada modo de produção implica um processo de urbanização próprio, que está presente nas específicas relações econômico-sociais. A função do urbano também cambia em cada modo de reprodução social, transformando os conceitos de *urbano* e *cidade*. Tais temas de investigações têm se transformado juntamente com os paradigmas econômicos, sociais e políticos. A tendência atual evidencia uma perspectiva local, em nível de município para tratar de problemas estruturais, que, na verdade, carecem de abordagem em nível nacional. Temas como cidades- globais, empoderamento dos setores, poder local são assuntos preponderantes nos discursos correntes como estratégias de desenvolvimento no modelo político-econômico atual.

Uma análise superficial das políticas urbanas capitalistas pode camuflar e reduzir a intervenção estatal a uma simples tentativa de corrigir ou minimizar as contradições funcionais e “orgânicas” da estrutura capitalista. Porém, o que se revela das políticas urbanas é que o desenvolvimento da socialização das forças produtivas materiais e humanas responde à necessidade do capitalismo de subordinar o crescimento econômico unicamente à acumulação do capital. (LOJKINE, 1977, p.170)

O Estado monopolista (aquele que torna possível a manutenção do Capitalismo Monopolista), agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos, apenas refletirá as contradições e as lutas das classes geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos. Advoga Lojkine (1977) que a regulação estatal não atenua as clivagens sociais, pelo contrário, por meio da instauração de instrumentos políticos, ideológicos, financeiros a serviço da fração monopolista do capital, essas contradições são exacerbadas.

Longe de suprimir a contradição entre meios de reprodução do capital e meios de reprodução da força de trabalho, a política urbana vai exacerbá-la, tornando-se instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamento urbano, de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital. (LOJKINE, 1977, p.171).

Harvey acredita que vivendo num sistema onde o interesse individual sobressai o coletivo, e a competição é fundamental, a intervenção do Estado é inevitável, envolvendo-se na administração de crises, agindo contra a tendência de queda da margem de lucro. (HARVEY, 2005, p.83). A hipótese de Lojkine sobre o papel do Estado no modo de produção capitalista também recai nessa mesma linha, afirmando que a

intervenção estatal na busca pela manutenção da reprodução do capital se utiliza do urbanismo como a própria reprodução do capital. (LOJKINE, 1977, p.169).

Diante disso, segundo Lojkine (1981), a base da política urbana é desenvolvida pelo Estado por meio de três instrumentos: 1) financiamento público dos meios de comunicação, de aglomeração das atividades econômicas e dos meios de consumo coletivos concentrados nos lugares de aglomeração da força de trabalho; 2) planejamento urbano com coordenação estatal das produções e dos usos privativos do quadro construído; 3) política fundiária com a tentativa de supressão da contradição entre a propriedade privada do capital e a propriedade da terra. Na prática, o que se observa, todavia, é que o financiamento público encontra-se subordinado aos imperativos monopolistas, gerando uma desproporção no financiamento entre setores que estão diretamente ligados à geração de mais valia. Em outras palavras, a priori, o Estado entra na produção urbana com o financiamento público daqueles itens que pode vir a ser rentáveis para os capitalistas. Isso refere-se tanto aos *meios de consumo coletivos* (espaços públicos exploráveis e rentáveis para o setor privado, infraestrutura básica com o objetivo de incrementar a indústria do turismo), como a setores de *condições gerais de produção* (portos, aeroportos e estradas que ligam grandes indústrias a esses equipamentos, por exemplo).

Adota-se nesse estudo a conceituação de Jean Lojkine de condições gerais de produção como sendo despesas ligadas diretamente à produção, voltadas para a reprodução das forças produtivas e de meios de consumo coletivo como sendo despesas ligadas indiretamente à produção, voltadas para a reprodução da força de trabalho. Sob a perspectiva dos capitalistas, os *meios de consumo coletivo* não acrescentam nenhum valor àquele criado na produção. Eles são considerados despesas sem retorno por não permitirem nenhuma redução do tempo de produção e nem uma redução do tempo de circulação do capital. Nas palavras de Lojkine (1981):

Nesse sentido elas permanecem sempre despesas supérfluas, [na perspectiva do capitalista], que podem ser comprimidas. Além disso, seu valor de uso específico (coletivo, indivisível, imóvel, durável...) onera sua rentabilidade capitalista, do ponto de vista dos agentes que as produzem: imobilização do capital, inadaptação dos critérios mercantis. (LOJKINE, 1981, p.161).

Dessa forma, visando tornar rentável o que por sua essência não deveria sê-lo, o Estado em conjunto com os capitalistas tem procurado reestruturar o urbanismo de “forma criativa” a criar valores de troca onde for possível, por meio da privatização da gestão dos espaços públicos, ou da exploração comercial nessas áreas, ou da concessão ao privado da provisão dos serviços de infraestrutura. Isto é, tem procurado transformar também os meios de consumo coletivo em mercadoria.

Dentro do conjunto dos meios de consumo coletivos, constata-se que há certa diferença de priorização entre eles para o processo de produção. Existem aqueles que são privilegiados por estarem mais conectados à formação profissional do trabalhador,

assim como os meios de comunicação ligados diretamente à reprodução do capital terão prioridade em relação àqueles destinados à reprodução da força de trabalho (estrada por onde passa o transporte de mercadoria versus via simples de acesso a residências, por exemplo). Algumas vezes esses meios podem ter caráter ambíguo como uma estrada que serve tanto à produção como a residências, ou sistema de energia elétrica ou conjunto de abastecimento de água, contudo, a função ligada à reprodução do capital é a que determinará os movimentos do aparelho estatal. Isso acontece pelo fato de

[...] a possibilidade de contemporizar, ou até mesmo privilegiar certos equipamentos, permite ao agente imobiliário – quando este está numa situação de força – se apropriar da quase totalidade da renda fundiária urbana, sem ceder parte considerável à coletividade [...] (LOJKINE, 1977, p.91)

Lojkine lembra também que os serviços, ao contrário da mercadoria concreta, não possuem valor de troca porque seu valor de uso não foi cristalizado em nenhum objeto material e não acrescentam nenhum valor a mercadorias produzidas em outros setores, como a estocagem e o transporte de produto (denominados de *falsas despesas de produção*, segundo Marx). Dessa forma, serviços de educação, transporte coletivo, saúde são totalmente improdutivos, não geram mais-valia, colocando o Estado na condição de subsidiário para “corrigir” esse fato, a fim de torna-los atrativos para o privado (LOJKINE, 1977, p.155).

Os *meios coletivos de consumo*, entretanto, são quase tão essenciais quanto as condições gerais de produção para a geração da mais-valia. Ainda que tal importância não seja percebida por grande parte dos donos dos meios de produção, na medida em que, indiretamente, é propiciado um bom ambiente para a reprodução social, torna-se mais possível o aumento da produtividade, como também “a obediência genérica das classes dominadas”. Nesse sentido, um Estado que provê boas condições sociais para a camada trabalhadora consegue ter o controle da população (HARVEY, 2005, p.85).

Baseado nesses conceitos Lojkine desenvolve uma hipótese quanto ao lugar da urbanização na teoria marxista. Ele abandona a conceituação que opõe o rural ao urbano e que localiza a concentração da produção no espaço rural, restando ao espaço urbano o domínio do consumo. Para ele, o que vai caracterizar a *cidade capitalista* é a crescente concentração dos meios de consumo coletivos e “o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que vai se tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico. (LOJKINE, 1981, p.124).

Essa concentração cria novas necessidades sociais, e esse fato será determinante no desenvolvimento econômico. A cidade apresenta-se como produto da socialização das condições gerais de produção e da socialização do espaço.

Com essa abordagem, no fim dos anos 1970, Lojkine (1981) já adiantava o

movimento do capital monopolista, fortemente perceptível no decorrer da consolidação das ideias neoliberais em todas as esferas na década de 1990. Ele enxergava que a autonomia e a flexibilização do capital possibilitariam novas formas de intervenção jurídica do Estado

[...] planificações e programações urbanas 'flexíveis', 'adaptadas' às exigências de desembarço rápida do capital monopolista, socializações seletivas do solo (concessões e preempções públicas...) que permitem expropriar a pequena propriedade não monopolista em benefício exclusivo dos usuários monopolistas. (LOJKINE, 1981, p.170)

A dinâmica de flexibilização dos instrumentos legais, embora considere-se a inexistência de um modelo único global de projeto neoliberal, é um consenso atual disseminado pelas grandes instituições de poder - como FMI, Banco Mundial, OMC, a fim de transferir responsabilidades da condução do país para o setor privado, pelo motivo sofista de maior eficiência desse setor. A ideia de desregulamentação e privatização, outro ponto comum do projeto neoliberal, manifesta-se de maneira diversa em vários âmbitos, porém, o grande impulsionador é sempre o mesmo, reformular a função do Governo ou Estado, orientando e reforçando o protagonismo do grande capital privado e internacionalizado. Frequentemente reconhece-se a velada privatização de espaços públicos, com a justificativa de ineficiência governamental, enquanto o setor privado, principalmente o imobiliário, incorpora esses resultados na capitalização de seus imóveis.

Nessa tendência, ressalta-se a ocorrência de um deslocamento na forma de conduzir a reprodução econômica, conseqüentemente social, do planejamento nacional para o de governança. Esse conceito foi apresentado pelo Banco Mundial em 1992, como uma nova forma de regulação e gestão, descrita como “*the manner in which power is exercised in the management of a country's economic and social resources for development. Good governance is synonymous with sound development management*”. Ao longo do documento *Governance and Development*, percebe-se que esse termo encaixava-se na crítica negativa à grande intervenção do Estado nos processos econômicos, fazendo uma apologia de “menos Estado e mais Governo”, incentivando uma reforma estatal, aos moldes da modernização gerencial anglo-saxônica da década de 1970, porém incorporada ao discurso do Banco Mundial somente na década de 1990.

O conceito de governança imprime a ideia de mediação ou negociação entre atores relevantes que participam dos processos urbanos, no entanto, essa fictícia democracia camufla a influência dos grupos econômicos dirigentes, principalmente dos capitalistas imobiliários. Essa forma atual de conduzir não somente as cidades, como todo o território nacional, possui uma visão deliberadamente de curto prazo, diferentemente do que deveria propor o planejamento, agregando instrumentos que deixam as cidades “mais competitivas e atraentes para os investimentos privados”

(expressão reiterada do atual regime). Isso tem levado à generalização de propostas centradas em zonas específicas da cidade, ou focadas em apostas em grandes projetos que os dogmas neoliberais defendem serem capazes de regenerar e estruturar positivamente toda uma cidade. (HIDALGO; GALVÁN, 2010).

Harvey (1989) discorre que em um colóquio em Orleans, França, em 1985, com representantes políticos das oito grandes cidades do mundo já falava-se em explorar o potencial que os governos urbanos detinham diante da crise de base econômica e fiscal de muitas das grandes cidades do mundo capitalista avançado. De lá saiu o consenso de que os governos deveriam ser mais inovadores e empreendedores. Os benefícios viriam de cidades que assumissem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico, e, desse modo, a descentralização encaixava-se perfeitamente para a maior aplicação dos investimentos externos em novos territórios. Dar-se-ia a intensificação da mercantilização do desenvolvimento urbano.

Surgiam as bases para a mudança de gerenciamento para empresariamento urbano que teve como pioneiro os Estados Unidos e encontrava raízes na recessão de 1973. Essa profunda transmutação parece que também tem a ver com certa impotência do Estado-nação (Estado Central, União, Governo Federal) no controle dos fluxos monetários multinacionais, *“so that investment increasingly takes the form of negotiation between international finance capital and local powers doing the best they can to maximize the attractiveness of the local site as a lure for capitalist development”*. (HARVEY, 1989, p.5). Num cenário onde o mercado (financeiro) que detém a hegemonia opera basicamente no espectro da especulação, a eficácia de política monetária nacional reduz-se drasticamente.

A partir do princípio de que a economia de uma cidade é um dos pilares do planejamento urbano, e que a urbanização transformou-se na própria reprodução do capital, infere-se que neoliberalismo tem modificado a natureza dos processos territoriais, com larga influência de fatores supranacional e superestrutural. Disso decorre também o empoderamento das cidades, descentralizando ainda mais as decisões no Brasil, colocando em risco a efetivação de um planejamento nacional. (RAMÍREZ; PRADILLA, org., 2010).

Os países de desenvolvimento médio são os mais procurados pelo excedente de capital-dinheiro, em grande parte decorrente do aprofundamento das relações econômicas dominadas pelo mercado financeiro (*financeirização*), visto que consistem em nações ainda com espaços (tanto em termos físicos como em relação a atividades econômicas) a cooptar e, ao mesmo tempo, contam com um Estado facilitador, tanto no tocante à provisão de infraestrutura quanto no tocante a marcos regulatórios flexíveis, extremamente atraentes aos investidores. Essa estratégia, obviamente, tenderá a reforçar as estruturas socioterritoriais já caracterizadas por fortes desigualdades e fragmentadas urbanamente. (DE MATTOS, 2007, p.95).

Desse modo vê-se que o Estado neoliberal tem criado condições privilegiadas de reprodução do capital, intensificando a valorização imobiliária em diferentes áreas das

idades reforçando sua diferenciação socioespacial. Ele tem atuado como perpetuador de um espaço desigual, financiando infraestrutura de maneira heterogênea, gerando localizações privilegiadas. Essa diferenciação induz a elevação dos preços das melhores localizações e introduz diferenciações no uso do solo que tem sido vista como segregação espacial. O resultado é um espaço urbano muito heterogêneo do ponto de vista de infraestrutura, com uma área menor relativamente bem atendida e outra maior onde reina a precariedade extrema. Consequentemente, é errôneo acreditar que o mercado e a livre concorrência são os únicos protagonistas neste processo, pois o Estado também intervém promovendo-o, subsidiando-o e protegendo-o (MORI, 1994; DEÁK, 1989, 1992).

A forma mais desenvolvida da socialização capitalista, o planejamento estatal, representa, em teoria, a resposta mais coerente do modo de produção capitalista para “acertar” as contradições econômicas e sociais que o solapam. Porém, uma vez que o planejamento se mostra incapaz, a longo prazo, de dominar essas contradições de fato, uma vez que ele aparece subordinado não por uma lógica de controle pela sociedade, de seu desenvolvimento coletivo, mas sim à lógica de acumulação do capital privado, a planificação, assim com o conjunto da política estatal, age menos como instrumento de regulação do que como revelador de uma sociedade retalhada pelo conflito de classes antagônicas (LOJKINE, 1981).

## 5 | À GUIA DE CONCLUSÃO

A função precípua do Estado de planejar o território, o coloca como um dos principais promotores da desigualdade urbana, posto que a renda da diferenciação dos espaços, que nesse contexto tem um sentido negativo, é essencial para a lógica capitalista.

A produção de diferenças é um dos elementos fundamentais do funcionamento da cidade capitalista. Apenas políticas urbanas que pensem a cidade como uma totalidade seriam capazes de homogeneizar o espaço, resguardando as diferenças geográficas naturais, pois a partir do momento em que os investimentos localizam-se apenas em determinadas regiões, eles afetam a relação dos preços da terra, gerando disputa pela melhores localizações.

Os formatos criados pela política neoliberal fundamentam-se na crença de que atuação do setor privado é salvação para a correção das imperfeições, não somente refletidas no espaço, como também no desemprego e de todas as consequências decorrentes das crises de superacumulação cíclica, provocadas pela natureza do modo de produção capitalista. No entanto, deixar a cargo do setor privado as decisões sobre o território é tomar os interesses individuais como universais, desconsiderando a multiplicidade de demandas existentes na cidade.

Diante disso, acredita-se que o Estado configura-se como uma categoria que reage mais frequentemente aos movimentos do capital, do que uma instituição que adota um

posicionamento ativo na liderança da produção do espaço. O capital demanda suas necessidades, e o Estado, em movimentos ao encontro, e, muito ocasionalmente, no Brasil, de encontro, provê o espaço de condições gerais de produção e, em segunda ordem de prioridade, os meios coletivos de consumos.

Além disso, transformações econômico-financeiras embora sejam processos mundiais, manifestam de maneira sutilmente diversa na organização espacial a depender das peculiaridades físicas, sociais, econômicas e políticas que constituem um território. Alguns autores latino-americanos (Singer, Deák, Oliveira, Padrilla) questionam teorias consagradas como a teoria da dependência, teoria da marginalidade, teoria das cidades globais e outras, assumindo que a economia política da urbanização diferenciada da América Latina, desenvolvida dentro de um capitalismo dito tardio, implica consequências diversas das postuladas pelos grandes intelectuais urbanistas. Dessa maneira, pressupõe-se que o projeto neoliberal internacional não tem implicado em uma forma única de conceber e intervir nas cidades.

Nessa linha, ao se estudar autores clássicos e seus próprios casos particulares (França e Inglaterra) tomados como gerais, revelam-se limitações para o rebatimento de suas reflexões sobre a experiência brasileira. A partir do confronto da leitura preliminar de autores brasileiros com os autores clássicos internacionais, vislumbra-se que o processo capitalista brasileiro não ocorreu e nem tem ocorrido de modo tradicional, embora não se possa dizer que contraditório. Compreende-se, dessa maneira, que o Estado capitalista não se comportou, e nem tem se comportado, de maneira padrão pelo mundo. Não obstante, não se pretende dizer que os estudos clássicos não sejam válidos para compreensão de casos particulares, pelo contrário.

O espaço de debate deve existir, abrindo voz para todos os setores. Contudo, a resistência à parcialidade em favor das elites deve ser veemente, protegendo a verdadeira democracia do teatro em prol da legitimação do interesse privado que, corriqueiramente, sobressai ao interesse coletivo. Pois, se a produção é social, mas a apropriação é privada, a única maneira de combater consistentemente este de processo é por meio de políticas de universalização do serviço.

## REFERÊNCIAS

BORDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-1992). 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson org.. **O Leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DEÁK, Csaba. O Mercado e o Estado na Organização Espacial Da Produção Capitalista. **Espaço & Debates**, n.28, p-18-31, 1989.

. Acumulação entravada no Brasil/ E a crise dos anos 80. Espaço & Debates n. 32, p. 32-46, 1991. Disponível em [http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/3publ/91ace/index.html](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/91ace/index.html)  
Acesso em maio de 2014.



DE MATTOS, Carlos. Globalización, negócios imobiliarios y transformación urbana. **Revista Nueva Sociedad**. n.212, p.82-96, nov-dez 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 2.ed. 2. reimp. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1932].

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade e do Estado**. 9.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984 [1884].

HARVEY, David. From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism. In: **Geografiska Annaler**. Series B, Human Geography, Vol. 71, No.1, The Roots of Geographical Change: 1973 to the Present, 1989, pp. 3-17.

\_. **A produção capitalista do espaço**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.

MORENO GALVÁN, Felipe de Jesus; HIDALGO PINO, Ricardo A. La política y la planificación urbana del estado neoliberal. In: RAMÍREZ VELÁZQUEZ, Blanca R.; COBOS PRADILLA, Emilio. org. **Teorías sobre la ciudad en America Latina**. México DF: Universidad Autónoma Mexicana, 2014.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo, estágio superior do capitalismo**, São Paulo, Expressão Popular, 2012 [1917].

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1981 [1977].

MORI, Klara Kaiser. **Brasil: Urbanização e Fronteiras**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

RAMIREZ VELÁZQUEZ, Blanca Rebeca; COBOS PRADILLA, Emilio org. **Teorías sobre la ciudad em America Latina**. México DF: Universidad Autónoma Mexicana, 2014.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Bianca Camargo Martins:** Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-383-5



9 788572 473835